

A realidade de uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Município da Vitória de Santo Antão/PE: reflexões sobre um relato de experiência com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Sintiane Maria Santos da Silva ¹
Rafael Lenilson dos Santos ²
Valdir Eneias de Melo ³

RESUMO

O presente artigo visa analisar a prática do professor da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) com estudante com Transtorno do Espectro Autista – (TEA) durante o Atendimento Educacional Especializado – (AEE) de uma escola municipal da rede de ensino do município da Vitória de Santo Antão/PE. Utilizamos uma abordagem qualitativa, cuja observação contribuiu como método de coleta de dados e alguns teóricos que foram fundamentais para fomentar o processo de elaboração como, Montoan, Freire, Fonseca, Bogdan e Biklen. A partir das visitas na instituição de ensino pudemos observar a realidade dos atendimentos realizados na (SRM) e sua relevância na vida estudantil e social do estudante. Desta forma, no decorrer dessas observações, constatamos o quanto a formação dos(as) professores(as) é um elemento essencial no tocante ao atendimento com o estudante, sendo este um fator que poderá contribuir positivamente no processo educativo dos estudantes com (TEA). Além disso, identificamos que as atividades propostas convergiram com a base de conhecimentos teóricos utilizados na pesquisa sendo necessários ao desenvolvimento de uma prática inclusiva, envolvendo, também, a contextualização com a realidade a fim de contribuir a sua formação, visto que é importante que o docente possa conhecer o discente e adapte atividades de acordo com sua realidade, elaborando materiais que possam eliminar as barreiras dentro e fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Formação de professores, Transtorno do Espectro Autista, Atendimento Educacional Especializado.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com os estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA), visto que o (AEE) é um serviço do público alvo da educação especial com o intuito de eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes dentro e fora do ambiente escolar. Desta forma, o artigo apresentado foi construído no ano de 2024 através de uma pesquisa de campo realizada através do Curso: Comunicação Apoiada para Pessoas Autistas: uma perspectiva

¹ Graduada em Pedagogia pela UFPE; especialista em Educação Especial pela FAVENI. sintianema@gmail.com;

² Graduado em Psicologia pela UNIVISA; mestrando do Curso de Psicologia da Saúde pela FPS, sr.santosrafa@gmail.com;

³ Mestre em Ciências da Religião pela UNICAP. Psicólogo pela UNIVISA e especialista em Educação Especial e Inclusiva. melovaldir21@hotmail.com

sensorial e motora, realizado pela Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. O mesmo objetiva: 1- analisar como é o cotidiano do(a) aluno(a) com TEA durante o AEE de uma escola da rede municipal de ensino da Vitória de Santo Antão-PE; 2- conhecer os materiais didáticos direcionados aos alunos com TEA; 3- identificar os progressos, desafios, problemas e barreiras que ainda se mostram presentes na instituição de ensino; 4 - investigar os processos de ensino e aprendizagem que facilitem na construção do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno(a) com TEA.

Desta forma, a relação professor aluno (a) perpassa por inúmeros desafios, desde os pedagógicos àqueles relacionados à garantia de uma aula inclusiva. Para seguir o caminho da superação desses obstáculos, se faz necessário que o docente assuma o papel de mediador da aprendizagem, possibilitando diferentes estratégias na sala de Atendimento Educacional Especializado e na sala de aula regular, demonstrando como os materiais e os instrumentos podem favorecer a construção do conhecimento dos estudantes. A utilidade desses suportes se revela como elementos facilitadores do processo de ensino e aprendizagem.

No intuito de proporcionar práticas inclusivas, os (as) professores (as) devem utilizar e desenvolver materiais que auxiliam os (as) alunos (as) no seu processo de desenvolvimento cognitivo e de suas habilidades. Vale salientar que o meio social também é um elemento influenciador, portanto, é importante que a família juntamente com a escola conheça as características da deficiência da criança e os (as) incentivem durante o seu dia a dia e na rotina das aulas, auxiliando-os com os equipamentos presentes no ambiente escolar.

Diante da diversidade existente na população escolar e na necessidade de atender a essa diversidade, a sala de recursos multifuncionais - SRM utiliza métodos que exercite e amplie o desenvolvimento da criança visando à melhoria da qualidade de aprendizagem apresentada pelo(a) aluno(a) com TEA. Dessa maneira, é fundamental que reconheçamos a importância desse espaço, não como um ambiente isolado, mas como um complemento do ensino da sala de aula regular.

Objetivando atender aos objetivos da pesquisa, realizamos observações em uma sala de AEE, no qual foram observados as estratégias de ensino utilizadas no decorrer desses atendimentos.

Os resultados dessa pesquisa serão apontados no decorrer da análise e discussão dos resultados.

2 METODOLOGIA

A abordagem qualitativa utilizada nessa pesquisa nos permitiram valorizar as especificidades desse estudo como elementos importantes para a compreensão do tema. Essa abordagem:

se ocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode e não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p.21).

Para compreendermos os elementos dessa abordagem, utilizamo-nos da observação como instrumento de coleta de dados. Quanto às estratégias principais de investigação qualitativa – observação, entrevista e análise documental, muito discutidas em seu processo de consolidação como estratégias metodológicas de pesquisa, conforme sua constituição histórica, Bogdan e Biklen (1984, p. 16) reiteram que “utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características” e seguem critérios sérios de levantamento de dados que são organizados e analisados.

Para realização dessa pesquisa, fizemos três visitas na SRM de uma escola da rede municipal de ensino da Vitória de Santo Antão-PE. A referida sala oferece materiais didáticos que são organizados e utilizados de várias formas, sendo selecionados de acordo com a necessidade de cada aluno (a), atendendo diversos estudantes com TEA e outras deficiências matriculados na escola.

A frequência do atendimento destes é de uma ou duas vezes por semana de acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI de cada Estudante e ocorre de forma individual. As mesas redondas, os armários de aço, os espelhos, os dominós, os materiais dourados, os quebra-cabeças sobrepostos, o alfabeto em libras, a calculadora sonora, as mesas interativas, os computadores e os materiais para recortes utilizados para a formação de palavras são alguns dos recursos utilizados na sala.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os desafios docentes

O AEE é fundamental para uma escola, pois a lei de N°12.764, de 27 de dezembro de 2012 garante que pessoas com deficiência e TEA têm o direito de igualdade à educação, a profissionalização e ao trabalho. O AEE tem o objetivo de favorecer serviços, orientações e informações para a sistematização de atendimento as necessidades educacionais do estudante com deficiência. Portanto, esse atendimento é responsável por eliminar as barreiras que existem no ambiente escolar, principalmente na sala de aula regular. Para garantir uma estratégia inclusiva é importante que o (a) professor (a) trabalhe com o mesmo conteúdo direcionado aos alunos (as) com e sem deficiência, respeitando as especificidades de cada aluno (a) e realizando adaptações necessárias. Dessa forma, é fundamental que o docente enquanto um mediador conheça a deficiência da criança, para a partir desse conhecimento, construir uma didática que contribua no processo de ensino e aprendizagem incluindo os (as) alunos (as) nas atividades através de diferentes estratégias inclusivas. O docente ainda poderá criar subsídios que auxiliem no desenvolvimento das habilidades dos (as) alunos (as) utilizando os recursos da sala de aula, como equipamentos, dispositivos e serviços que promovam a aprendizagem do (a) aluno (a) com TEA.

Portanto, ele (a) deverá estar incluso no ambiente escolar conforme a lei nos garante. Apesar de existir uma lacuna na educação especial até mesmo pela escassez de recursos e equipamentos, é possível que o (a) professor (a) crie métodos eficientes para auxiliar a aprendizagem do (a) aluno (a) com autismo, elaborando e adaptando materiais pedagógicos.

A sala de recursos disponibiliza alguns equipamentos e dispositivos que contribuem para o desenvolvimento da criança com deficiência. É fundamental ressaltar que esses materiais podem e devem ser adaptados para que o (a) aluno (a) desenvolva suas habilidades e competências. Dessa forma, conforme as Leis, não é o aluno deficiente que tem que se adaptar para ter acesso ao conhecimento, mas é a escola que precisa se adaptar e adaptar seus materiais e métodos para que o aluno deficiente tenha acesso ao conhecimento (Montoan, 2015).

Um dos métodos que podem ser utilizado na sala de recursos é o “TEACH (Treatment and of Autistic and Related Communication Handicapped Children), que traduzido em português significa Tratamento em Educação para Autista e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação” (SCHWSRAZTMAN, 1995 *apud* Araújo, 2017, p. 1). Esse tratamento refere-se à organização do espaço e das atividades que poderão ser trabalhadas. Esse método facilita o processamento das informações visuais pelos (as) alunos (as). A presença de um espaço estruturado com atividades adaptadas é um fator que contribui para o desenvolvimento do (a) aluno (a) autista.

Na abordagem TEACH, o uso de estratégias visuais estruturadas auxilia nas informações escolares e oferece um meio eficaz para aprimorar os aspectos comunicativos e os níveis de engajamento nas tarefas. Nesse sentido, se revelam como condições para que o (a) professor (a) organize seu espaço, tempo e materiais necessários para que o (a) aluno (a) autista possa aprender e utilizar os recursos da melhor forma possível (FONSECA, 2014, p.74).

A organização da rotina da sala de aula é essencial para a criança com autismo ocupar e fazer uso dos espaços educacionais. Assim como todos os discentes, é importante que o docente estabeleça uma relação com o (a) aluno com deficiência, respeitando seus limites e autonomia.

A gestão e coordenação da escola carrega um papel fundamental nesse processo e poderá ser responsável em criar métodos para que a comunidade escolar conheça as características do TEA. A família é um agente que poderá colaborar no processo de ensino e aprendizagem da criança. As práticas e as soluções pedagógicas são importantes para o desenvolvimento cognitivo do (a) aluno, pois podem contribuir para o progresso da aprendizagem.

A inclusão do indivíduo com autismo abrange a compreensão das suas particularidades, portanto o (a) professor (a) deverá compreender as necessidades dos (as) aluno (as) no intuito de promover a inclusão social e contribuir para o enfrentamento de diversas barreiras atitudinais.

3.2 O autismo e a inclusão

O autismo é considerado uma deficiência, no entanto, a pessoa que apresenta o Transtorno do Espectro Autista possui direitos e funções na sociedade. Esses direitos incluem o acesso à educação, ao mercado de trabalho, acompanhamento social, psicológico e psiquiátrico, dentre outros. Portanto, a pessoa com deficiência tem o direito de estar matriculado na escola de ensino regular. Conforme a lei N° 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012:

Art. 1º: § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.[...]. Art. 2º: III – atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com deficiência com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multifuncional e o acesso a medicamentos e nutrientes. [...]. Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: IV- o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; [...]. Art. 3º: Iv – p acesso: c) ao mercado de trabalho. Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, s/p, 2012).

A escola, a família e a comunidade exercem um papel primordial na educação do (a) aluno (a) com autismo, por isso deve haver uma cooperação mútua. Um dos exemplos dessa parceria é a organização de palestras com a comunidade como uma estratégia que poderá contribuir para as pessoas conhecer um pouco mais sobre o autismo. É importante ressaltar que o processo de conscientização implica em proporcionar possibilidades de inclusão, caminhando, assim, para amenizar o preconceitos.

A parceria da escola com a família colabora para o enfrentamento das dificuldades. É fundamental que a instituição de ensino crie rotinas e recursos que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem da criança. Nesse sentido, escola tem o papel de diminuir barreiras e garantir acessibilidade de todos os alunos, com a utilização de recursos de tecnologia assistiva para que as barreiras possam ser eliminadas, conforme BRASIL:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009a, p. 9)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394 de 1996, assegura o direito a acessibilidade das crianças com deficiência. Portanto, é relevante que o(a) professor(a) se aproxime dessa lei para tomar conhecimento sobre o que se entende por educação especial numa perspectiva inclusiva e qual o direcionamento que é dado ao atendimento educacional especializado.

Ao refletir sobre a inclusão (MONTTOAN, 2015) destaca que todos têm o direito de estar participando, cada qual dentro de suas potencialidades que devem ser comprometidas e ampliadas, a responsabilidade é social, institucional e não individual. No entanto a inclusão deve ser feita de acordo com as normas em conjunto, professor (a), gestor (a) e a comunidade, derrubando barreiras existentes no ambiente escolar. Dessa forma, a inclusão é possível para qualquer tipo de deficiência. É essencial que o docente inclua a criança com deficiência nas diversas atividades coletivas, proporcionando a interação social.

A educação inclusiva significa pensar em uma escola acessível para todas as pessoas, envolvendo transformações profissionais e críticas, além da qualidade de ensino, auxiliando no desenvolvimento e respeitando suas particularidades. Conforme Freire (2008) é necessário a não negação da capacidade crítica do estudante, pois assim, se torna possível aprender

criticamente e incluir verdadeiramente, desta forma tanto professores como educandos, se empenham na prática da inclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as visitas foram possível presenciar os atendimento com alunos autistas, os quais realizavam atividades de recortes com o auxílio da professora. No geral, as atividades são distribuídas em cinquenta minutos, podendo ficar mais ou menos tempo na sala, dependendo do desempenho e da necessidade de cada criança.

A partir da observação constatamos que a relação da professora da turma com a professora do AEE é pouco realizada como parceria destinada a atender as especificidades das crianças com deficiência. Dessa forma, o trabalho pedagógico não está articulado ao planejamento docente. Ao longo das visitas observamos que a professora do AEE pouco dialoga com os (as) professores (as) das salas de aulas regulares, com familiares, gestão e coordenação pedagógica, além de termos sentindo falta de um trabalho de articulação intersetorial, sendo assim, divergindo do que propõe, Mantoan (2015), quando a referida autora sinaliza que o papel do professor do AEE é de articulação e mobilização.

Percebemos que alguns alunos (as) conseguiram realizar as atividades propostas com êxito, no entanto, há outros que precisam de um acompanhamento como, por exemplo, fonoaudiólogo, psicólogo e/ou terapeuta ocupacional e outros profissionais.

Segundo a professora do AEE, muitas vezes não é possível acompanhar o planejamento semanal dos (as) professores (as) das salas de aulas regulares. Os conteúdos utilizados nessas aulas não são os mesmos trabalhados no AEE. A partir da observação, constatamos que a professora do AEE cria métodos específicos para atender as necessidades dos (as) alunos (as), levando em consideração as mudanças comportamentais e estudando o estilo de cada um. A conversa individual é realizada como uma forma de acompanhar os (as) alunos (as) que demonstraram algum déficit de atenção. A professora possui dez anos de experiência na área de educação inclusiva, formação em pedagogia e fonoaudiologia e especialização em Atendimento Educacional Especializado.

No que se refere aos processos formativos constatamos que existe várias formações continuada para os profissionais que atuam no AEE durante o ano letivo oferecida pela Secretaria Municipal de Educação, além da divulgação de diversos cursos de Educação Inclusiva, especificamente sobre autismo, no entanto, as professoras consideram que deveria

existir um acompanhamento mais próximo e sistematizado do município no tocante ao cotidiano escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho foi possível compreender a importância da prática docente na sala de Atendimento Educacional Especializado em articulação com a professora do ensino regular e a importância de fomentar a formação dos professores. Constatamos a partir das visitas, diversas estratégias utilizadas na execução e elaboração dos recursos inclusivos. O trabalho desenvolvido pelo (a) professor (a) do AEE não deve ser confundido com um reforço escolar. Os conteúdos nem sempre são adaptados e precisam estar em consonância com a prática do profissional da sala do ensino regular. Cabe à escola criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite. Desta forma, a instituição deve observar as práticas de ensino a fim de tornar o ambiente inclusivo, para assim contribuir no desenvolvimento da autonomia do (a) aluno (a), não apenas no ambiente escolar, mas também para a vida. O papel do (a) professor (a) do AEE é bastante amplo, pois não se resume apenas ao atendimento com o discente na sala de recursos. O docente precisa estar preparado para se adaptar as diferenças de modo que possibilite práticas inclusivas. Além disso, a família carrega um papel essencial nesse processo, e deverá colaborar para o processo de socialização dessas crianças, de modo que as mesmas possam avançar no desenvolvimento de suas habilidades motoras e cognitivas. A criança com autismo possui a capacidade de se desenvolver do ponto de vista emocional, cognitivo e principalmente social, pois a socialização é essencial para que se sintam pertencentes dentro da própria escola. A inclusão não é apenas aceitar a criança dentro da sala de aula, mas auxiliá-lo em seu aprendizado.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ceres Alves de; **SCHWARTZMAN**, José Salomão. **Transtorno do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

BRASIL. Secretaria **Especial dos Direitos Humanos**. **Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/Acesso em maio. 2024>.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S, K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1984.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo:** a prática pedagógica intermediada na sala de aula. RJ: Wak Editora, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Lei nº 12.764, **Diário Oficial da União** (2012,27 dez.). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2012/lei/112764.htm acesso em maio de 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

Minayo, M. C. S. (2007). **O desafio da pesquisa social.** In M. C. S. Minayo (Org.), Pesquisa social: teoria, método e criatividade (26ª ed., pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes.

]